

Indexar ou não, eis a questão

Hélio Socolik*

Um dos temas mais debatidos, atualmente, o retorno da inflação, abre a discussão a respeito da conveniência ou não da volta da indexação dos preços da economia. Enquanto sindicatos de trabalhadores e diversos políticos, geralmente menos afinados com o governo federal, defendem reajustes de salários como defesa diante dos recentes e futuros aumentos de preços, autoridades governamentais rechaçam essa idéia, defendendo medidas para impedir o aumento da inflação.

A desvalorização do real frente ao dólar, desde o dia 13 de janeiro último, de cerca de 65% até os dias de hoje, está provocando um aumento dos preços dos produtos importados, e dos produtos nacionais que possuem competidores importados em maior grau. Os índices de inflação já apontam esses aumentos (o IGP, da Fundação Getúlio Vargas, foi a 4,44% em fevereiro). Enquanto isso, diversas remunerações continuam fixas, como os salários, e os diversos grupos sociais tentam se mobilizar, reagindo às perspectivas de deterioração de seus rendimentos.

A indexação dos preços, praticamente eliminada a partir do Plano Real em 1994, foi uma medida tomada a partir do início da década de 60 para que a sociedade passasse a conviver com a inflação, minimizando os seus efeitos preju-

diciais sobre a economia, como a queda dos salários reais, o desestímulo à poupança, a dificuldade de colocação de títulos pelo governo, a queda das exportações e aumento das importações e o desestímulo à entrada de capitais estrangeiros, enquanto eram executados planos para combatê-la e eliminá-la. Foi criado um sistema de correções automáticas de salários, poupanças, taxas de câmbio e preços públicos, que, no entanto, acabou provocando uma realimentação da inflação, pois cada reajuste de preço resulta em necessidade de reajuste em outro e outros, e o País passou a conviver com a chamada inflação inercial, finalmente eliminada com a engenhosidade da aplicação do Plano Real.

A manutenção do preço do dólar, desde o início do Plano Real, em níveis artificiais, além da abertura da economia à competição externa, permitiu que esquecêssemos as taxas inflacionárias do passado e possibilitou que a sociedade consumisse e investisse mais do que as suas possibilidades internas de produção. Tal situação resultou em efeitos negativos nas contas externas e no endividamento público, além da manutenção de taxas de juros muito altas para atração de capitais externos. A recente mudança do regime cambial para taxas livres, determinadas pelo mercado, representa um forte impulso de custos (ou de "choque de oferta", em economês) sobre a economia,

que na prática está determinando um aumento do custo de vida e indicando um empobrecimento geral para o País, que vai atingir cada grupo social conforme seu maior ou menor poder de reação a esses aumentos. O efeito desse choque é perverso, pois além de aumentar os preços ainda pode provocar queda na produção e no emprego, na medida em que as empresas e os consumidores reagirem a esses aumentos diminuindo suas compras de bens e serviços.

Para defender as remunerações em reais, deve-se voltar a indexação da economia? Como visto acima, o argumento contrário à indexação seria que ela poderia trazer de volta a realimentação inflacionária, com todas as suas más consequências econômicas e políticas, que o Plano Real evitou até agora. Ocorre que o dólar mais caro deve resultar em preços mais caros para as nossas importações, enquanto que um reajuste nos salários para compensar esse aumento, por exemplo, criaria novos impulsos de custos, que se refletiriam também sobre os preços dos bens produzidos internamente.

Outro argumento contra a reindexação, conforme a teoria econômica, é que um aumento exógeno de custos, como este, deve ser suportado pela sociedade, do mesmo modo como quando ocorrem aumentos de preços de produtos agrícolas provocados por uma quebra de safra, pois de que adianta um

reajuste de salários para compensar o aumento do preço do alface, se este não existe na quantidade desejada? Aumentos nas remunerações, nesse caso, excitariam mais ainda a demanda e provocariam apenas mais aumentos de preços, até que a safra se recupere.

Então, o que fazer? Inicialmente, deveria ser aplicado à sociedade que o País empobrecer num primeiro momento, pois os bens importados ficaram mais caros, e que esse empobrecimento não poderá ser evitado por medidas de reajustes artificiais de rendimentos. E que, felizmente, essa situação não é irresistível, pois a recuperação poderá se dar pelo aumento das atividades de exportação (pois a taxa de câmbio mais alta torna os nossos produtos mais competitivos e aumenta a receita dos exportadores) e pela substituição progressiva de bens importados por produção nacional, esta realizada de modo mais eficiente após a reestruturação industrial promovida nestes últimos anos através da redução das alíquotas de importação e da própria política de ancoragem cambial. Como sempre, sairão menos prejudicados, nos primeiros momentos, aqueles que estão mais bem preparados para suportar os problemas conjunturais da economia, que infelizmente são minoria no nosso País.

*Professor de Macroeconomia e Microeconomia em Brasília